



1976 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

A ?ideologia de gênero? pelos discursos dos deputados e deputadas da ALEP: a retirada da palavra ?gênero? do Plano Estadual de Educação do Paraná
Karina Veiga Mottin - UFPR - Universidade Federal do Paraná
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Resumo

Este artigo traz uma análise dos discursos que Deputadas e Deputados da Assembleia Legislativa do Paraná proferiram para sustentar seus posicionamentos a favor da retirada da palavra “gênero” do Plano Estadual de Educação, aprovado em 2015. Pensando *discurso* conforme os estudos do filósofo Michel Foucault, estes são comparados e cruzados com outros materiais que são considerados explicadores da “ideologia de gênero” na visão conservadora, afim de observar pontos em comum, que através de repetições e reaparições, criam uma “verdade” sobre o gênero. Tais pontos que se configuram como as principais características da “ideologia de gênero” são analisados de acordo com as reflexões da filósofa Judith Butler, da antropóloga Gayle Rubin e do sociólogo Pierre Bourdieu.

A “ideologia de gênero” pelos discursos dos deputados e deputadas da ALEP: a retirada da palavra “gênero” do Plano Estadual de Educação do Paraná

Resumo

Este artigo traz uma análise dos discursos que Deputadas e Deputados da Assembleia Legislativa do Paraná proferiram para sustentar seus posicionamentos a favor da retirada da palavra “gênero” do Plano Estadual de Educação, aprovado em 2015. Pensando *discurso* conforme os estudos do filósofo Michel Foucault, estes são comparados e cruzados com outros materiais que são considerados explicadores da “ideologia de gênero” na visão conservadora, afim de observar pontos em comum, que através de repetições e reaparições, criam uma “verdade” sobre o gênero. Tais pontos que se configuram como as principais características da “ideologia de gênero” são analisados de acordo com as reflexões da filósofa Judith Butler, da antropóloga Gayle Rubin e do sociólogo Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero” - Plano Estadual de Educação - discurso

Introdução

Ao longo dos últimos anos temos visto uma crescente celeuma em torno da palavra gênero em todo o país. À revelia dos estudos de gênero que vêm sendo produzidos no Brasil desde a segunda metade do século XX, movimentos conservadores, geralmente atrelados ao catolicismo ou/e à religiões protestantes, encampam uma verdadeira cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”. Essa batalha se deu no plano institucional, sendo o primeiro alvo o Plano Nacional de Educação (PNE) 2015-2024 e na sequência os Planos Estaduais (PEE) e Municipais de Educação (PME). O objetivo dessa guerra encampada também por atores políticos – deputados federais, estaduais e vereadores – era a retirada de toda e qualquer menção à palavra “gênero” desses documentos, o que de fato ocorreu no PNE e na maioria dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. A partir deste contexto geral nacional em que os ânimos se acirraram em discussões, desentendimentos e protestos, tanto a favor quanto contra a inclusão da discussão sobre gênero nos Planos de Educação, este artigo focaliza os embates que envolveram a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) do Paraná 2015-2025. O cenário é a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) e os protagonistas deste trabalho são as deputadas e deputados que defenderam a exclusão da palavra “gênero” do PEE do Paraná.

No dia vinte e dois de Junho de 2015 o PEE do Paraná foi aprovado em sua versão final, com alterações no documento inicial trocando a expressão “igualdade de gênero” para “igualdade entre homens e mulheres”. Neste dia, deputados e deputadas que defenderam a retirada de toda e qualquer menção à palavra “gênero” do Plano Estadual de Educação subiram no púlpito para apresentar os argumentos que sustentaram seus posicionamentos. Tudo o que foi falado neste dia posteriormente foi publicado nos diários oficiais da Assembleia Legislativa do Paraná no dia vinte e cinco de Junho de 2015. Neste artigo trago transcritos alguns destes argumentos, reconhecendo que há muito mais para ser explorado.

A análise dos discursos sobre a “ideologia de gênero” presente neste trabalho é inspirada pela obra do filósofo Michel Foucault, que sugere uma forma de refletir sobre os discursos que não se detém na análise linguística ou na interpretação do que está “por trás” das palavras ditas. Antes de agrupá-los através da oposição entre discursos fundadores e seus desdobramentos, aqui eles são lidos como repetições, comentários, reaparições. Sem hierarquia entre aquele que foi dito por primeiro, ou aquele que talvez seja o mais elaborado ou o mais utilizado. O que interessa é o eco, a reverberação, a repetição exaustiva de argumentos que pretendem se transformar em *verdade*. O olhar deve estar direcionado não apenas para o conteúdo do discurso, mas também para o contexto no qual ele está inserido e que permitiu a sua produção, pois este é parte de um jogo em que as palavras reverberam, são colididas com as ações, transformam-se em acontecimento. Ao diferenciar esse tipo de análise da análise discursiva, Foucault escreve: “A descrição dos acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2017, p. 33) Apesar dos discursos não formarem uma cadeia linear que desemboca em um único lugar, não podemos encará-los como um fato isolado. Devemos estar atentos às regularidades e aos tipos de relações que se estabelecem entre os discursos, “mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não tem o mesmo autor, mesmo que os autores não se conheçam.” (FOUCAULT, 2017, p.35)

Importante mencionar que, assim como Foucault propõe, é preciso aceitar a provisoriidade desta reflexão, pois este artigo está longe de

esgotar as relações e conexões entre os acontecimentos discursivos. (FOUCAULT, 2017) Isto posto, a reflexão aqui proposta não deve ser entendida como uma peça de um quebra-cabeça bem organizado que está sendo montado neste contexto de crescimento do ultraconservadorismo no Brasil. Pode sim ser compreendido como parte de uma avalanche de discursos, que unidos parecem aumentar sua potência, impedindo que avancemos na construção de um país mais justo e igualitário.

A repetição da “ideologia de gênero”

O que é “ideologia de gênero”? De que maneira essa expressão está sendo utilizada atualmente no Brasil? Que valores e preconceitos estão atrelados ao discurso que se manifesta contra a chamada “ideologia de gênero”? Estas são perguntas centrais deste artigo e para respondê-las, ainda que provisoriamente, a estratégia narrativa escolhida foi trazer alguns textos que são considerados pelo meio acadêmico ou pelos canais de produção conservadora como “guias” para compreender o que é a “ideologia de gênero”. O propósito em trazer os textos abaixo é compreender como essa expressão é entendida, por quem ela está sendo repetida e para quais propósitos está sendo utilizada. Os deputados e deputadas não citam nenhum autor ou fonte em suas falas, mas seus argumentos repetem o que alguns textos produziram e explicaram ser a “ideologia de gênero”.

Uma produção de grande relevância para o tema é o livro “The Gender Agenda” da jornalista norte americana Dale O’Leary. Publicado em 1997, de maneira geral, suas 213 páginas são dedicadas para construir o argumento de que existe uma “agenda de gênero” que está sendo imposta pela ONU aos Estados Unidos e aos países que dependem de seus recursos financeiros. A autora cita a Conferência da ONU sobre População, realizada no Cairo, em 1994, e a Conferência sobre as mulheres, realizada em Pequim, em 1995, como importantes marcos de uma suposta guerra cultural travada por esta organização. O objetivo da “agenda de gênero” não seria simplesmente combater as desigualdades e a violência de gênero, como dizem seus defensores, mas sim destruir a família nos moldes defendidos pelas religiões cristãs, desconstruir e negar a natureza dos sexos feminino e masculino e impor a homossexualidade como prática tão “natural” como a heterossexualidade. Dale O’Leary cita obras de autores como Marx e Engels, Firestone, Gramsci, Butler, dentre outros, para “comprovar”, através de trechos transcritos, que estas obras pregam que a igualdade só seria possível através da destruição da família e das diferenças entre os sexos feminino e masculino. A jornalista termina seu livro exaltando a noção de complementaridade, através da qual as diferenças “naturais” entre homens e mulheres se equilibram em um mundo perfeito onde as diferenças não significam desigualdades. (O’LEARY, 1997)

A nota divulgada pela Conferência Episcopal Peruana em abril de 1998, intitulada “La ideología de género: sus peligros y alcances”, tem sido abordada por diversos pesquisadores como um marco para o uso deste termo. (CÉSAR; DUARTE, 2017; SILVA; CÉSAR, 2017; PINHEIRO; COELHO, 2016). Este documento de dezesseis páginas é dividido em treze partes, que abordam desde a definição do termo “gênero” até a relação entre feminismo, neomarxismo, direitos sexuais reprodutivos, dentre outros temas. Tendo como base o livro acima citado de Dale O’Leary, a nota também sustenta a ideia de que a ONU pretende implementar, através de sua influência, a “agenda de gênero”. De maneira geral, a nota chama a atenção dos fiéis para o perigo que a suposta implantação da “ideologia de gênero” carrega consigo. Dentre estes, estão: a negação da natureza binária dos sexos; a “realidade” entendida como “natural” (o mundo é dividido entre homens e mulheres que sentem atração sexual pelo sexo oposto) passa a ser considerada “culturalmente construída” e da mesma forma que seria construída poderia ser desconstruída; eliminação do que é permitido e proibido no campo da sexualidade, de forma que homossexuais, bissexuais e heterossexuais seriam escolhas igualmente aceitas; destruição da família e da religião, uma vez que estas seriam fontes de opressão das mulheres; desconstrução da sociedade, pois as mulheres deixaram sua “vocaçãõ” para maternidade e cuidado do lar de lado, assim como seriam orientadas para profissões “masculinas”. A educação teria um papel fundamental na implantação desta “ideologia”, pois através dela meninas e meninos seriam educados de maneira a desconstruir os estereótipos de gênero. Enfim, a “ideologia de gênero” almeja para o futuro uma sociedade “sem gênero”, pois apenas assim a completa igualdade seria alcançada. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998)

O livro intitulado “La ideología de género : o el género como herramienta de poder” publicado em 2010 pelo advogado argentino Jorge Scala, também está entre as obras citadas por sites e páginas conservadoras na internet¹. Este livro foi também citado por Judith Butler² como provável obra que embasou a recepção da “ideologia de gênero” no Brasil e na América Latina. Assim como O’Leary e a Conferência Episcopal Peruana, o advogado argentino também acusa o envolvimento de organismos internacionais como a ONU, que utilizando-se de meios como a educação e a mídia, pretendem impor essa “ideologia”. A linguagem também teria um papel fundamental nesse processo, uma vez que inicialmente propõe-se apenas trocar a palavra sexo por gênero e este seria o primeiro passo para a implementação de tal “ideologia”. Um dos princípios básicos da “ideologia de gênero” apontado por Scala é a negação da natureza humana e seu objetivo final seria a completa eliminação das diferenças sexuais entre os seres humanos. Dentre as “funestas” consequências desse projeto, estão a eliminação da distinção entre homens e mulheres; a equiparação do matrimônio heterossexual ao concubinato, a poligamia, as relações ocasionais, a prostituição, a homossexualidade, a pedofilia ou a zoofilia; a eliminação da família, pois qualquer tipo de “união sexual” originaria um novo “tipo de família” (SCALA, 2010, p. 78); a destruição da sociedade, pois seu núcleo fundador, que é a família, estaria destruído. (SCALA, 2010)

Aproximando-se do contexto brasileiro, podemos encontrar referências diversas sobre esse tema. Uma personalidade muito conhecida por sua militância contra a “ideologia de gênero” no Brasil é Marisa Lobo, que nas Redes Sociais se denomina como Psicóloga Cristã. A profissional chegou a ter seu registro cassado em 2014 por oferecer aos seus pacientes a chamada “cura gay” (posteriormente essa decisão foi anulada). Dentre os livros que já publicou, Lobo é autora de “Famílias em Perigo”, de 2016, publicado pela Central Gospel e, um dos primeiros livros sobre esse tema publicado no Brasil, “Ideologia de Gênero na Educação”, de 2011, publicado pela sua própria editora, Marisa Lobo Ministério. A atuação do Movimento Escola Sem Partido (MESP) contra a “ideologia de gênero” também é notória. Este movimento nasceu em 2004 com o propósito de combater a suposta “doutrinação marxista” nas escolas e mais tarde englobou em seu discurso a batalha contra o “gênero”. Luis Felipe Miguel (2016) atribui essa fusão ao senso de oportunidade do MESP, que ao encampar essa luta passou a ter maior visibilidade no cenário nacional. A pauta que anteriormente repousava sobre a defesa de uma educação “neutra” foi substituída pela noção de primazia da família sobre a escola. (MIGUEL, 2016) Na página do MESP existe um link intitulado “Educação Moral”³, no qual o leitor pode acessar diversos artigos sobre a temática de gênero. Algumas lideranças católicas também se destacam na militância contra a “ideologia de gênero”, como por exemplo o Padre Ricardo⁴ e o Padre Rafael Solano, que tem um livro intitulado “Ideologia de gênero”, publicado pela editora Canção Nova.

Não pretendo expor em detalhes a atuação e obras de cada uma das referências acima citadas, assim como obviamente existem várias outras pessoas e movimentos atuando nesta causa. O objetivo em expor as referências acima é demonstrar ideias que se repetem em um discurso sobre sexo/gênero que se pretende “verdadeiro” ao invocar a natureza como argumento e a ciência como aliada.

Os princípios da “ideologia de gênero” e suas consequências

Baseado nos textos acima mencionados e nas falas dos deputados e deputadas da ALEP, nessa seção serão abordados alguns dos princípios da “ideologia de gênero” e as consequências que sua implementação supostamente causaria. Tentarei trazer aquilo que é mais geral, aquilo que todos os textos acabam caracterizando como “ideologia de gênero” e que convergem com o que os deputados e deputadas da ALEP citaram. Existem particularidades em cada texto que não serão abordadas aqui, assim como as falas dos deputados são variadas em suas argumentações e explicações para a retirada da palavra gênero do PEE. Estes temas certamente poderiam ser explorados mais profundamente em outro momento.

Em linhas gerais, todos os textos dizem que: a) a “ideologia de gênero” nega a biologia ou a “natureza” binária dos sexos ao considerar o sexo/gênero uma “construção”; b) a escola é um meio através do qual a “ideologia de gênero” será implementada; c) a “ideologia de gênero” pretende destruir a família e conseqüentemente, a sociedade. Nas próximas páginas, veremos com um pouco mais de atenção cada um destes tópicos.

a) A “ideologia de gênero” nega a biologia ou a “natureza” binária dos sexos ao considerar o sexo/gênero uma “construção”:

E o que é ideologia de gênero? (...) A ideologia de gênero traz para dentro da escola uma grande perturbação, desconcentração, confusão mental as nossas crianças. (...) A ideologia de gênero traz o seguinte: ela diz que o menino e a menina, que vemos nascer - sou avó de duas meninas e dois meninos. A sociedade, eles dizem que ela impõe, que, na verdade, você quando nasce não é nada, é um gênero. E que você, na verdade, com o tempo, vai adquirir a tua personalidade e o que você quiser ser. Uma criança de seis anos, sete anos de idade? Querem usar a pureza, a inocência das nossas crianças para ensinar sexualidade, quando todo esse direito, Deputados, é dos pais? Não podemos tirar isso deles. (BRASIL, 2015)

Este trecho da fala proferida pela Deputada Cantora Mara Lima é um ótimo exemplo da crença de que a “ideologia de gênero” pretende acabar com a distinção entre os sexos feminino e masculino, pois supostamente pregaria que ao nascer a criança “não é nada, é um gênero”. Nessa perspectiva “gênero” seria uma construção social e assim sendo, poderia ser desconstruído. A possibilidade de escolha, de ser “o que você quiser ser” geraria uma grande confusão na cabeça das crianças. Mais que isso, seria algo impuro, indecente, imoral. Os “ideólogos de gênero” estariam tirando o direito dos pais, o poder sobre seus filhos, corrompendo crianças inocentes. No trecho abaixo, retirado da fala do Deputado Paranhos, temos outro exemplo de como a “ideologia de gênero” nos levaria a uma realidade absurda:

Só para concluir, fico imaginando a mulher que vai fazer - Dr. Batista, como é que chama... ecografia? Ecografia, não é, quando a mulher está grávida? Como é que esse profissional vai emitir um documento dizendo assim: é homem ou é mulher? Temos que colocar uma emenda porque esse profissional não vai poder dizer isso. Homem é homem, mulher é mulher e a obrigação de educar é da família brasileira! (BRASIL, 2015)

Mais uma vez aparece a crença de que para os “ideólogos de gênero” a igualdade só poderia ser alcançada com a total eliminação das diferenças entre os sexos/gêneros. Uma vez derrubada a barreira da “natureza” cada qual poderia mudar de opinião (entenda-se, de gênero) quantas vezes quisesse. Essa ideia expressa na fala do Deputado Paranhos é recorrente e representa uma interpretação não só equivocada mas que é levada ao extremo para criar uma sensação de que a inclusão das discussões sobre “gênero” na legislação (nesse caso no PEE do Paraná) geraria conseqüências absurdas e ridículas. É através desse tipo de comentário que a “ideologia de gênero” vai sendo cada vez mais cercada de boatos e equívocos. Sem mencionar que o próprio uso do termo “ideologia” serve para desacreditar o campo de estudos. (CÉSAR; DUARTE, 2017)

Dentre os autores que seriam os idealizadores da “ideologia de gênero”, segundo alguns dos guias citados no tópico anterior, está a filósofa americana Judith Butler e seu livro “Problemas de gênero”. Este livro, que foi lançado em 1990, foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 2003. As reflexões de Butler, neste e em outros textos, podem nos auxiliar na compreensão dessa ideia de que a “ideologia de gênero” supostamente negaria a biologia ou a materialidade do corpo e conseqüentemente acabaria com as noções de “homem” e “mulher”. Outro ponto que a obra de Butler nos ajuda a pensar é sobre a ideia de que cada um poderia mudar de gênero quantas vezes quisesse, pois essa pode ser uma interpretação distorcida do conceito de *performatividade*. (SILVA; CÉSAR, 2017)

Primeiramente, vamos nos ater sobre a questão do “Ser”. É possível “Ser” um sexo ou um gênero? Para Butler isso é fundamentalmente impossível (BUTLER, 2003, p. 46). Isso porque ela discorda da corrente filosófica que postula um sujeito que existe antes do fazer ou que existe antes da linguagem. Na sua visão, a noção de “pessoa” e de “humano” no Ocidente é constituída por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, que por sua vez são construídos discursivamente por relações de poder. Estas relações estão no cerne da produção da matriz heterossexual, que supõe seres inteligíveis - aqueles que obedecem a continuidade entre sexo, gênero e desejo sexual - e não inteligíveis - aqueles que de alguma forma são “incoerentes” e estão fora da *norma*. “A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam existir” (BUTLER, 2003, p. 44) Aquilo que é considerado “natural” dentro dessa matriz heterossexual nada mais é do que uma farsa. Esse caráter ficcional, como aponta a filósofa, é denunciado pela existência de pessoas que não se encaixam na *norma* estabelecida pela matriz heterossexual:

Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero.” (BUTLER, 2003, p. 44)

Se o “Ser” é uma construção discursiva, o gênero é sempre um “feito”, um ato performativo e não existe fora da linguagem. Para Butler o gênero não é uma construção social, como advertem os guias, pois isso nos levaria a pensar que o sexo é biológico enquanto o gênero é cultural. Butler propõe uma genealogia do sexo (inspirada por Michel Foucault) ao demonstrar que este tem uma história e assim como o gênero, é constituído discursivamente. Ao afirmar que sexo e gênero são produtos do discurso, a filósofa foge da oposição natureza X cultura, pois afirma que ambos são constituídos *performativamente*. “Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados.” (BUTLER, 2003, p. 56)

Esta noção de *performatividade* permite trazer diferentes sujeitos e realidades, antes apagados pela matriz heterossexual para o campo do “possível”, do inteligível, o que garante sua existência enquanto sujeitos plenos de direito. Afirmar que sexo e gênero são construídos discursivamente não significa negar a biologia ou a materialidade dos corpos:

Aqui é necessário obviamente declarar que as opções para a teoria não se exaurem **presumindo** materialidade, de um lado, e **negando** materialidade, de outro. É meu propósito exatamente não fazer essas duas coisas. Pôr um pressuposto em questão não é a mesma coisa que o suprimir; antes, é libertá-lo de sua morada metafísica a fim de ocupar e servir objetivos políticos muito diferentes. (grifos da autora) (BUTLER, 1998, p. 26)

O enfrentamento da exclusão é, portanto, um ponto central na teoria de Butler, que propõe que as categorias através das quais se constitui a luta política sejam construídas em bases contingentes. Para a filósofa esta é a base de um projeto político radical, reconhecer a provisoriidade e questionar os fundamentos da identidade - dentre os quais o sexo, o gênero e a sexualidade são centrais - pois a forma com que sua materialidade é construída é totalmente política. A tarefa que nos é posta consiste em desnaturalizar esses termos, designando-os como lugar de debate político. (BUTLER, 1998)

b) A escola é um meio através do qual a “ideologia de gênero” será implementada;

Mais do que pensar a escola como um local considerado potencialmente perigoso - visto que a educação seria o instrumento utilizado para implementar a “ideologia de gênero” - é preciso pensar no *pânico moral* que sustenta essa crença. (RUBIN, 2017) O ponto central explorado

neste tópicos é referente à crença de que existe uma espécie de plano por trás da palavra “gênero” e de que as intenções daqueles que a defendem são escusas. Nas palavras do Deputado Gilson de Souza:

Muito bem. Sr. Presidente, quando fala *ideologia de gênero*, alguns dizem que é algo tão simples, algo tão inofensivo que visa unicamente acabar com a discriminação nas escolas, e sabemos que não é isso, Sr. Presidente. (BRASIL 2015)

Essa ideia é recorrente também nos guias e está ligada ao papel que a escola exerce na sociedade e na vida das crianças e adolescentes. O mesmo deputado, após expor uma série de livros que, segundo ele, teriam sido produzidos por órgãos do Governo Federal visando a implementação a “ideologia de gênero” nas escolas, afirma:

(...) é que eu postei que o Governo Federal tem um material vasto para implantar a ideologia de gênero, e foi dito que isso era uma piada, que isso não existe. Piada é subestimar a inteligência desse povo que ama a família e que respeita os valores cristãos. Existe, sim, um material vasto para implantar a ideologia de gênero, que entendemos que é um lixo para a família brasileira e para a família paranaense! (BRASIL, 2015)

Para refletir sobre essa ideia de que a “ideologia de gênero” é um plano que tem objetivos que vão além de combater a discriminação e a escola (e as crianças) é o seu alvo primordial, os estudos da antropóloga norte-americana Gayle Rubin são elucidativos. Em seu ensaio “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, publicado pela primeira vez em 1984, a autora desenvolve o conceito de *pânico moral*, ao pensar o contexto norte-americano desde o final do século XIX até a década de 1970. A autora aponta que o desenvolvimento dos *pânicos morais* está relacionado com crises políticas e econômicas. Citando uma série de exemplos na história, alguma parcela da população inevitavelmente é prejudicada ao fim desse processo:

Durante um pânico moral, esses medos são projetados sobre uma população ou atividade sexual desfavorecida. A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos. Após passar o furor, alguns grupos eróticos inocentes terão sido dizimados, e o Estado terá ampliado seu poder para novas áreas do comportamento erótico. (RUBIN, 2017, p. 109)

Pensando o desenvolvimento do *pânico moral* no Brasil, César e Duarte (2017) analisam nosso contexto apresentando um histórico das conquistas políticas de movimentos que lutam para enfrentar o preconceito sexual e de gênero, desde os anos 2000. Dentre estas conquistas, está o programa *Brasil sem homofobia*, de 2004, e o *Escola sem homofobia*, de 2011. Este último foi alvo de grande polêmica ao ser acusado de fazer “propaganda” LGBT e ficou conhecido pejorativamente como “kit gay”. Para César e Duarte, este fato marca o início do processo de pânico moral no Brasil: “Se pensarmos nos termos de uma genealogia do nosso recente pânico moral, ele se iniciou com as polêmicas em torno ao “kit gay” e prosseguiu com a introdução no debate nacional da noção de “ideologia de gênero”” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 148)

A escola, portanto, no nosso contexto, assume um papel fundamental ao tornar-se o local a ser protegido, devido à sua influência na formação das crianças e adolescentes. Rubin afirma que “ao longo de mais de um século, nenhuma tática para incitar a histeria erótica tem se mostrado mais eficiente que o apelo à proteção das crianças.” (RUBIN, 2017, p.70). Pensando nos discursos dos deputados e deputadas da ALEP, a questão que emerge é: proteger as crianças contra o quê? Certamente contra a diversidade sexual e de gênero, como expressa a Deputada Cantora Mara Lima:

Existe uma desconstrução, uma desconstrução! É isso que querem, Deputado Rusch, não quero isso para as futuras gerações. O direito de escolher a sua sexualidade na fase adulta é de cada um, cada um faz o que quer! Agora, querer que os meus filhos, os meus netos, a nossa família participe com seis, sete anos de idade de algo assim, já é demais! Deixem-nos fora disso! (BRASIL 2015)

Diferentemente dos guias expostos anteriormente, que defendem de maneira explícita que outras formas de exercer a sexualidade não devem ter o mesmo “valor” que a heterossexualidade monogâmica, aqui a Deputada Cantora Mara Lima aparenta uma “tolerância” à diversidade, contanto que ela se expresse apenas na vida adulta e não em sua família.

Quando consideramos que a escola é alvo, estamos falando, obviamente dos profissionais que nela trabalham, mais especificamente, dos professores. Nesse sentido, Rubin expõe como a lei pode interferir sobre esses profissionais, que passam a ser regulados com relação a seu comportamento sexual e sua opinião:

Quanto maior a influência de uma pessoa sobre a geração seguinte, menos liberdade lhe é permitida em relação ao comportamento e opinião. O poder coercitivo da lei assegura a transmissão dos valores sexuais conservadores por meio desses tipos de controle sobre a parentalidade e a prática docente. (RUBIN, 2015, p.99)

Infelizmente essa é a realidade que temos vivenciado através de projetos de leis como os propostos pelo Movimento Escola sem Partido⁵, que tentam limitar a liberdade docente em expressar opiniões em nome de uma fantasmagórica “neutralidade”. Nesse ponto, o delírio contra a “ideologia de gênero” e contra a “doutrinação” comunista ou marxista nas escolas se une. Isso não nos causa espanto, como já observou Rubin, “A relação que a ideologia de direita estabelece entre o sexo fora da família, o comunismo e a fraqueza política não é novidade” (RUBIN, 2015, p. 74).

c) A “ideologia de gênero” pretende destruir a família e conseqüentemente, a sociedade;

De certa forma estes três tópicos estão interligados, mas especialmente a crença na destruição da família e da sociedade está conectada com a educação. Isso porque a ideia de que a educação é o meio através do qual o Estado interfere na família é relevante, por isso a “proteção” da família passa pela disputa em torno do currículo. O currículo é sempre um local de disputa, pois o que ensinar está necessariamente atrelado à que tipo de pessoa queremos formar idealmente (SILVA, 2015, p. 15). Um currículo no qual a temática de gênero está contemplada certamente não é o que a Deputada Cantora Mara Lima deseja:

Existe um provérbio na Bíblia Sagrada, 22:06 que diz: “Instrui o menino no caminho em que deve andar e até quando ele envelhecer não se desviará dele”. Usar as escolas como laboratório para desconstrução da nossa família, usando os nobres professores para dar uma matéria dessa, é pedir demais para nós. Não à ideologia de gênero! (BRASIL, 2015)

Portanto, “gênero” aparece como destruição, perversão, perigo, em oposição à educação cristã, representada como o “caminho certo”. Essa afirmação nos leva a refletir sobre o que seria o “caminho certo”. Obviamente este caminho é a vida dentro dos princípios religiosos cristãos, que com relação à sexualidade, se limita à experiência heterossexual monogâmica, preferencialmente dentro do matrimônio, visando a procriação. Como já mencionado anteriormente, também é recorrente nos guias o medo de que a heterossexualidade perca seu status de mais “válida” ou “correta”. Essa crença é explicada por Rubin (2015) ao apontar a “valoração hierárquica dos atos sexuais” como parte do que ela chama de “formações ideológicas” do pensamento sexual⁶. Isto é, os atos sexuais são classificados segundo uma hierarquia:

As sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais segundo um sistema hierárquico de valor sexual. Os heterossexuais que se casam e procriam estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Logo abaixo encontram-se os casais heterossexuais monogâmicos não casados, seguidos pela maior parte dos heterossexuais. (...) Os casais lésbicos e gays de longa data, estáveis, encontram-se no limite da respeitabilidade, mas sapatões caminhoneiras e homens gays promíscuos pairam sobre o limite dos grupos situados na parte mais inferior da pirâmide. Atualmente, as classes sexuais mais desprezadas incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, profissionais do sexo, como as prostitutas e os modelos pornográficos e, a mais baixa de todas, aquela cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. (RUBIN, 2015, p. 83)

Logo, os que estão no topo dessa pirâmide “são recompensados com o reconhecimento de saúde mental, respeitabilidade, legalidade” (RUBIN, 2015, p. 83) e consequentemente os que estão situados na parte mais baixa da pirâmide estão constantemente disputando esses status, seja para conquistar direitos ou mantê-los. (RUBIN, 2015) É essa disputa para manutenção de privilégios que transparece nas falas de deputadas e deputados e nos guias.

Está explícito também nas falas das deputadas e deputados o que é digno ser chamado “família” e sua supremacia frente ao Estado. Nas palavras da Deputada Cláudia Pereira: “a família é protegida constitucionalmente. Entendemos que a família é mãe, pai e filhos. E são essas pessoas que vão dar orientações de foro íntimo, orientação sexual. Isso não é de competência de escola, de professor ou do Estado.” (BRASIL, 2015) Para o sociólogo Pierre Bourdieu (1994) aquilo que aceitamos como “família” não corresponde à realidade, pois a família nuclear - pai, mãe e filhos que vivem sob o mesmo teto - é uma experiência cada vez mais escassa na sociedade ocidental moderna:

De fato, a família que somos levados a considerar como *natural*, porque se apresenta com a aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente (como mostram, particularmente, os trabalhos de Ariès e de Anderson sobre a gênese do privado, ou de Shorter sobre a invenção do sentimento familiar) e, quem sabe, votada à desapareição mais ou menos rápida (como levam a crer o aumento da taxa de coabitação fora do casamento e as novas formas de laços familiares inventados a cada dia). (BOURDIEU, 1994, p. 125)

O fortalecimento da família frente ao Estado é um argumento recorrente nas falas dos parlamentares. A conexão entre a família e a sociedade é expressa na fala da Deputada Cláudia Pereira: “O dia que tivermos realmente transferindo todas as autoridades da família para o Estado, para o Governo, ou seja, para quem for, vamos enfraquecer a família - e como todos sabemos, a família é a base da sociedade - vamos enfraquecer a nossa sociedade.” (BRASIL, 2015) Seguindo esse argumento, o Estado deve abster-se de questões consideradas privadas, para que a família assuma esse papel e se fortaleça. Podemos pensar esse argumento como um esforço para que a família nuclear reproduza a si mesma e consequentemente a ordem que ela supõe. Essa ideia se conecta com o que Rubin (2017) chama de “teoria do domínio de risco sexual”, a qual estabelece uma linha entre as práticas sexuais, que divide-as entre a ordem e o caos. O medo de que essa linha se desfaça e algo “desprezável” passe para o outro lado configura-se em um aspecto do *pânico moral*, gerando a desordem, o caos, e neste caso, a destruição da sociedade. Nas suas palavras: “A cultura popular é permeada pela ideia de que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo que existe, desde crianças pequenas até a segurança nacional.” (RUBIN, 2017, p. 84 e 85)

Este tipo de família, que pretende-se “natural”, é um ideal - como acima citado - e por isso é excludente, pois sua existência presume determinadas condições sociais, que não estão ao alcance de todos:

Em resumo, a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal. Privilégio de fato que implica um privilégio simbólico: o de ser como se deve, dentro da norma, portanto, de obter um lucro simbólico da normalidade. (BOURDIEU, 1994, p. 131)

Este “lucro simbólico” a que se refere Bourdieu é similar aos privilégios de estar no topo da pirâmide erótica, apontado por Rubin (2017). Parece de uma violência imensa defender os privilégios que se têm - como diz Bourdieu, de “ser como se deve” - a custos da exclusão de todos os que estão fora dessa norma. Se olharmos para a nossa realidade cotidiana, nossas famílias, nossos vizinhos, nossas alunas e alunos, facilmente percebemos que poucos se encaixam nesse ideal de família. Mais ainda, a família nuclear não significa segurança para crianças e adolescentes, pois nesse ambiente existe o risco de violência física, psicológica e sexual assim como em qualquer outro tipo de família que não se encaixe nesse modelo.

CONCLUSÃO:

Como pesquisadora eu me posicionei ao lado de Rubin (2017), que afirma que os atos sexuais deveriam ser julgados através de critérios como a ausência ou presença de coerção, o grau de consideração que um parceiro tem pelo outro ou qualidade dos prazeres e não se são hetero ou homossexuais, se são pagos, se são individuais, em casal ou grupo, por exemplo. “Esse tipo de moralidade sexual tem mais em comum com as ideologias racistas do que com uma verdadeira ética. Ele concede virtude aos grupos dominantes e relega o vício aos desprivilegiados.” (RUBIN, 2017, p. 88)

É lamentável que ainda vivamos a realidade da afirmação da antropóloga: “Eu diria que esse sistema de estigmatização erótica é a última forma de preconceito socialmente respeitável.” (RUBIN, 2017, p. 85) Infelizmente é isso que observamos nos processos de aprovação do Plano Nacional de Educação em 2014 e dos Planos Estaduais e Municipais em 2015, um fundamentalismo religioso que ao se considerar o “caminho certo” se pretende superior moralmente e trabalha na manutenção de uma norma extremamente excludente. A luta por uma educação democrática e inclusiva exige que nosso posicionamento e atuação para desmentir e desmistificar os enganos e fantasias em torno da palavra “gênero”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 1996.

BRASIL. Diário Oficial da Assembléia Legislativa do Paraná. Curitiba, PR, 25 de Junho de 2015. Disponível em: <<https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/dioe>> Acesso em 27/04/2018

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, p. 141-155, 2017.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **La ideología de género: sus peligros e alcances**. Lima, Peru, 1998. Disponível em: <<https://www.aciprensa.com/controversias/genero.htm>> Acesso em 25/03/2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. - 8. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

O'LEARY, Dale. **The gender agenda: redefining equality**. Lafayette, LA: Vital Issues Press, 1997.

PARANÁ. Lei nº 18492, de 24 de Junho de 2015. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Paraná**. Curitiba, 2015.

PINHEIRO, Naira; COELHO, Fernanda Marina Feitosa. A mobilização católica contra a "ideologia de gênero" nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, v. 13, n. 1, p. 27-48, 2016.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SCALA, Jorge. **La ideología del género o el género como herramienta de poder** Rosário: Ediciones Logos Ar, 2010.

SILVA, Amanda da; CÉSAR, Maria Rita de Assis. A emergência da "ideologia de gênero" no discurso católico. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 23, n. 46, 2017.

1 Alguns exemplos: <<https://noticias.cancaonova.com/congresso-vida/ideologia-de-genero-e-a-resposta-da-igreja-destaca-especialista/>>; <<http://rededefesadafamilia.com.br/prefacio-do-livro-ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-familia/>> Acesso em 27/03/2018

2 Judith Butler citou Jorge Scala no artigo que escreveu para o jornal Folha de São Paulo sobre os ataques que sofreu em sua passagem pelo Brasil em 2017. A matéria completa está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>> Acesso em 27/03/2018

3 Disponível em <<http://www.escolasepartido.org/educacao-moral?limitstart=0>> Acesso em 01/04/2018

4 Artigos escritos pelo Padre Ricardo estão disponíveis em: <<https://padrepauloricardo.org/busca?por=g%C3%AAnero>> Acesso em 01/04/2018

5 O Projeto de Lei "Escola sem partido" prevê, dentre outros pontos, a "neutralidade" dos docentes que não poderiam se aproveitar da "audiência cativa dos alunos" para "doutriná-los" e o direito dos pais sobre a educação moral de seus filhos. Esse projeto está em trâmite na ALEP (PL 606/2016), já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em março de 2018 e passará por outras comissões técnicas.

6 Além da valoração hierárquica dos atos sexuais, dentre as "formações ideológicas" do pensamento sexual apontados por Rubin, estão a negatividade sexual, a falácia da escala mal posicionada, a teoria do dominó e a ausência de um conceito de variação sexual benigna. (RUBIN, 2015, P. 81)